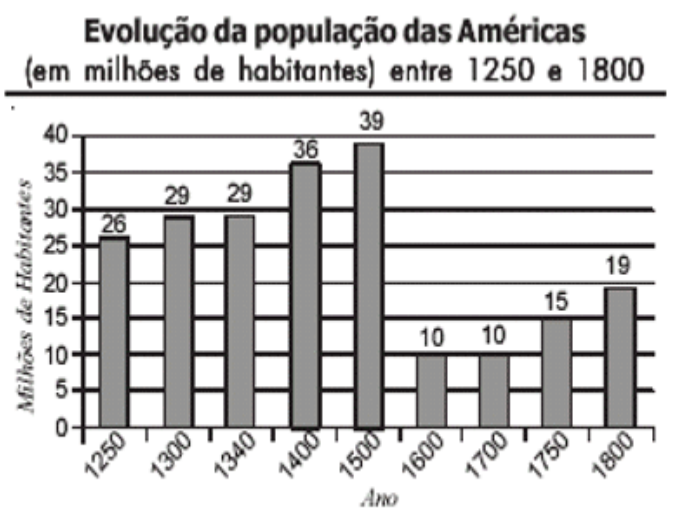
Microsoft MapPoint
AMAZONAS
BRASIL
Pucallpa
Porto Velho
ACRE
PARÁ
Rio Branco
Alta Floresta
Cobija
Plácido de Castro
JUNÍN
PANDO
RONDÔNIA
MADRE DE DIOS
Huancayo
PERÚ
Puerto Maldonado
MATO GROSSO
Ayacucho
B E N I
Ica
Puquio
Ayaviri
Trinidad
ICA
LA PAZ
PUNO
AREQUIPA
Cuiabá
San Ignacio de Velasco
Arequipa
La Paz
Poconé
Mollendo
Cochabamba
SANTA CRUZ
Moquegua
Santa Cruz de la Sierra
Tacna
Oruro
Corumbá
Sucre
BOLIVIA
MATO GROSSO DO SUL
Potosí
San Lucas
Miranda
POTOSÍ
G R A N
Campo Grande
OCÉANO PACÍFICO
Tupiza
Tarija
C H A C O
CHILE
JUJUY
PARAGUAY
Trópico de Capricornio
Amambai
Antofagasta
Conceptión
ARGENTINA
SALTA
Salta
Coronel Oviedo
10°
15°
20°
25°
70°
65°
60°
55°
©2008 Microsoft Corp.

Antes da ***chegada dos espanhóis***, a região da atual Bolívia e Peru era disputada por grupos de língua aimará e grupos de língua quéchua, estes últimos os principais povos do Império Inca que controlaria a região a partir do século XV. No século XVI, Francisco Pizarro e Diego de Almagro lideraram a conquista espanhola até a queda de Cuzco em 1534. Em 1537, Manco Inca Yupanqui se rebelou contra os invasores e criou um novo Estado Inca. Seu filho, ***Tupac Amaru***, liderou uma longa resistência contra os conquistadores espanhóis até ser capturado com seus partidários e sua família, levado a Cuzco e executado em 24/09/1572.



Fonte: ROMANO, Ruggiero. *Coyunturas Opuestas (la crisis del siglo XVII em Europa y en América)*. México-DF, Fondo de Cultura Económica, 1993, p. 39.

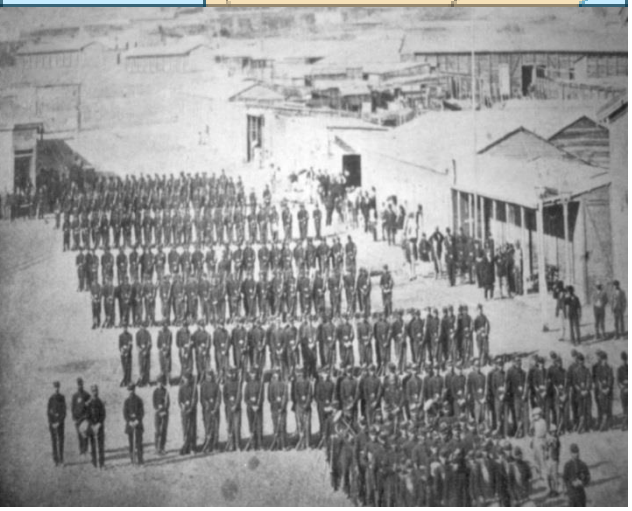
Tupac Amaru, 1545 - 1572

Túpac Amaru II (nascido José Gabriel Condorcanqui, 1738 -1781) liderou uma revolta indígena em grande escala no final do século XVIII contra os invasores espanhóis

A ***economia colonial*** decorrente da conquista combinou trabalho compulsório nas minas com a relativa permanência da comunidade agrária indígena sob regime servil. Na *Mita de Potosi* todos os anos mais da metade dos homens com idade entre 18 a 50 anos das 30 províncias da região eram recrutados compulsoriamente. Paralelamente, nas *encomiendas* o encarregado da cobrança de tributos e da cristianização assumia controle sobre as vidas e os bens das comunidades indígenas, de modo que a quantidade de terras disponíveis aos membros dos *ayllus* tornou-se crescentemente insuficiente ao seu sustento, enquanto aos *encomenderos* era garantida a provisão de braços a suas explorações agrícolas

No contexto do enfraquecimento da autoridade real espanhola em meio às guerras napoleônicas, revoltas pela independência na região do Alto Peru iniciaram-se em 1809. Durante os anos seguintes, a região se tornou campo de batalha entre as forças da independente República da Argentina e as forças monárquicas estabelecidas no atual Peru. Em 06/08/1824, Simón Bolívar e Antonio Sucre derrotaram o exército espanhol na Batalha de Junín e em 09/12/1824, Sucre derrotou os espanhóis na Batalha de Ayacucho na atual Bolívia, último reduto espanhol na América do Sul. Sucre proclamou, no dia 6 de agosto de 1825, a ***criação da República da Bolívia***

Acima, Conferência de Guayaquil em 26/07/1822 entre José de San Martin e Simon Bolívar para decidir o futuro do Peru e da América do Sul. Abaixo, a capitulação de Ayacucho



Tropas do Exército do Chile ocupam a cidade de Antofagasta, então território da Bolívia

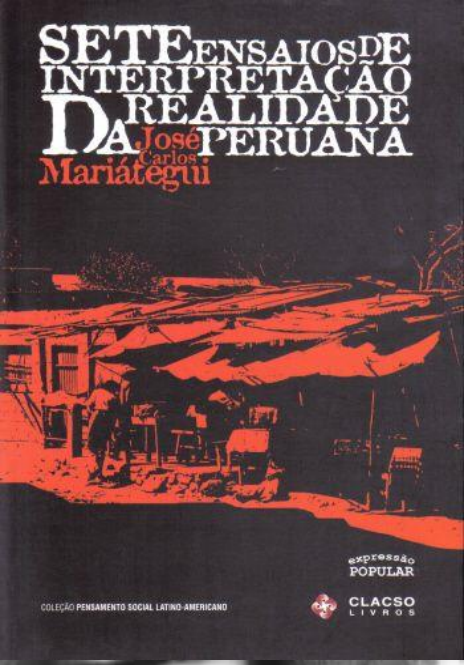
Desde o início de sua existência como nação independente, a Bolívia viveu em um estado crônico de instabilidade, o que permitiu que o território boliviano fosse sucessivamente reduzido em conflitos com países vizinhos. A partir de disputas a respeito da tributação sobre a extração de salitre por companhias de capital chileno-britânico, o Chile ocupou em 1879 o porto boliviano de Antofagasta, iniciando a ***Guerra do Pacífico*** (1879-1883): Bolívia e Peru foram derrotados e o Chile incorporou a única possessão litoral boliviana. Bolívia e Brasil também estiveram em conflito pela possessão do Acre, anexado ao território brasileiro pelo tratado de Petrópolis em 21/03/1903

A formação do capitalismo boliviano preservou suas heranças coloniais: ao longo do século XX um setor mineiro relativamente moderno e conectado diretamente com o mercado internacional combinou-se a um setor agrícola marcado por formas de trabalho servis em grandes concentrações de terras, em tensão com formas tradicionais comunitárias e indígenas de exploração do campo. Neste quadro, ganhou centralidade econômica e política a ***exploração do estanho***: entre 1900 e 1909, ele já representava 40% do comércio exterior; entre 1910 e 1919 subiu para 60%; entre 1920 e 1939 alcançou 72% e, entre 1940 e 1949, chegou a 75% do total do comércio exterior do país.

Simón I . Patiño, 1862 - 1947

As crescentes exportações de estanho não dinamizavam o desenvolvimento da economia nacional. Primeiramente, devido aos baixos impostos cobrados pelo governo sobre a atividade. Em segundo lugar, devido à extrema concentração da exploração: no início da década de 1930, Simon Patiño detinha cerca de 62% do volume de exportações do estanho; Mauricio Hothschild controlava cerca de 26% e Carlos Aramayo, cerca de 10%. Esses grandes proprietários priorizavam a exportação bruta de minérios, sem investir no processamento dessa matérias primas em solo boliviano. Ainda assim, a indústria mineira empregava em 1950 3,2% da população ativa, dando origem a um jovem proletariado que conquistaria marcante presença política no país

Em 1952, cerca de 78% da população da Bolívia era rural e de origem indígena, submetida a uma histórica e sistemática ***desagregação dos ayllus*** pelo avanço do latifúndio. Desde a independência em 1825 até 1950, o número de comunidades indígenas decresceu de aproximadamente 11 mil para 3799 e o número de famílias sem nenhum tipo de propriedade individual e coletiva tornou-se muito superior ao de camponeses comunitários. A estrutura agrária era extremamente concentrada e improdutiva: 6% dos proprietários controlavam 92% das terras, cultivando apenas 1,5% de sua extensão, enquanto 51.198 pequenas propriedades (60% do total) ficavam com apenas 0,22% das terras, cultivando 54% de sua extensão



José Carlos Mariátegui, 1894 - 1930

"Contrariando seu dever, a república pauperizou o índio, agravou sua opressão e exasperou sua miséria. A república significou para o índio a ascensão da nova classe dominante que se apropriou sistematicamente de suas terras. Em uma raça com costume e almas agrárias, como a raça indígena, esse despojo foi a causa de uma dissolução material e moral. [...] A servidão do índio, em suma, não diminuiu sob a república. Todas as revoltas, todas as tempestades do índio, foram afogadas em sangue. Às reivindicações desesperadas do índio sempre foi dada uma resposta marcial. O silêncio da puna [altiplanos andinos] logo guardou o segredo trágico dessas respostas. A república restaurou, finalmente, sob o título de conscrição viária, o regime das mitas"

(Mariátegui, Sete Ensaios..., 2008, p. 63)

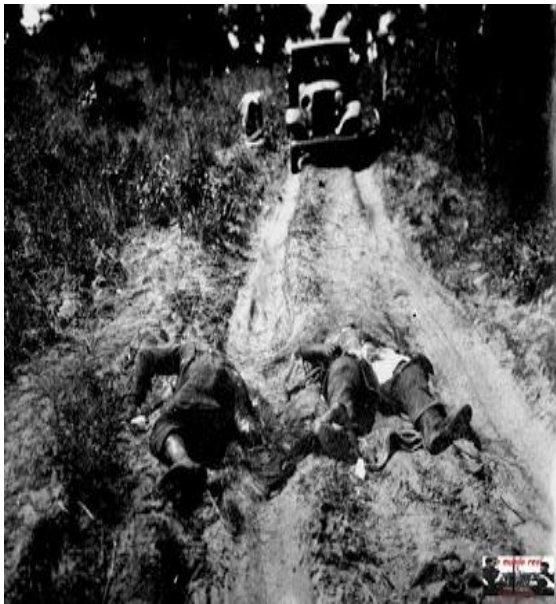
"Não é a civilização, não é o alfabeto do branco, o que levanta a alma do índio. É o mito, é a idéia da revolução socialista. A esperança indígena é absolutamente revolucionária. O próprio mito, a própria idéia, são agentes no despertar de outros velhos povos, de outras velhas raças em colapso: hindus, chineses, etc. A história universal tende hoje como nunca a se reger pelo mesmo quadrante. Por que haveria de ser o povo incaico, que constituiu o mais desenvolvido e harmônico sistema comunista, o único insensível a essa emoção mundial? A consangüinidade do movimento indigenista com as correntes revolucionárias mundiais é demasiado evidente para que seja preciso documentá-la" (Mariátegui, 2008, p. 54)

Primeiro volume da revista literária Amauta, fundada por Mariátegui em 1926

A ***crise de 1929*** teve profundo impacto sobre as estruturas econômicas latino-americanas baseadas na exportação de bens primários. Na Bolívia, a queda internacional do preço do estanho a partir de meados da década de 1920 provocou fechamento de minas, abalos no orçamento público e aumento do desemprego: a produção de estanho reduziu-se de 46 mil toneladas em 1929 para 14.700 no ano seguinte. Neste momento, disputas entre a Standart Oil norte americana e a Royal Dutch inglesa por supostas jazidas de petróleo na região do Chaco levaram a tensões na fronteira entre Bolívia e Paraguai. Com vistas a neutralizar o acirramento de conflitos internos, o governo e a oligarquia boliviana direcionaram suas forças às questões fronteiriças que culminaram na ***Guerra do Chaco*** (1932-1935).

A derrota na Guerra do Chaco, deixou a Bolívia com um saldo de 65 mil soldados mortos, 240 mil km² de território perdido e a economia nacional destroçada. Isto precipitou a ***crise política da oligarquia agrária e mineradora***, incapaz de reestabelecer as relações de dominação anteriores. A partir de 1936 sucedeu-se um período de intensa instabilidade, pontuada por presidentes militares e civis que buscavam construir uma base de apoio popular através de bandeiras reformistas: por um lado, em 05/1938 foi promulgada uma Constituição que incorporou uma série de conquistas trabalhistas e reservou ao Estado um papel mais intervencionista na economia; por outro lado, acentuou-se a repressão aos esboços de organizações populares que surgiam entre as camadas subalternas da população

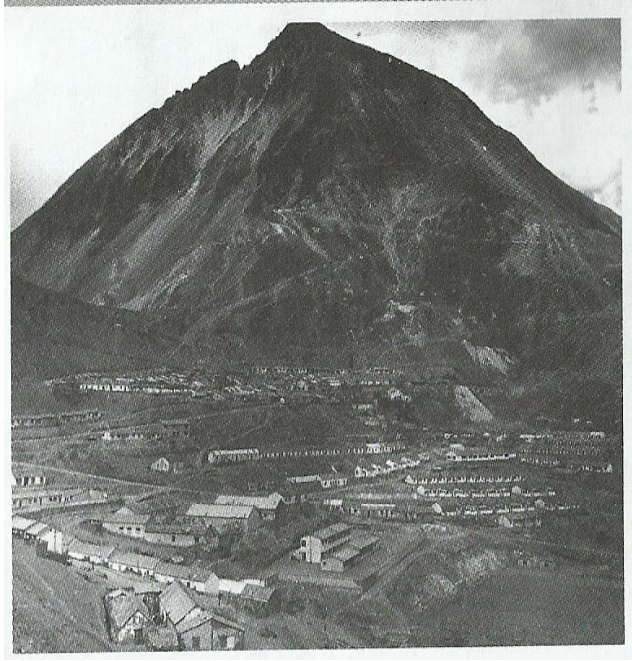
Soldados mortos na Guerra do Chaco



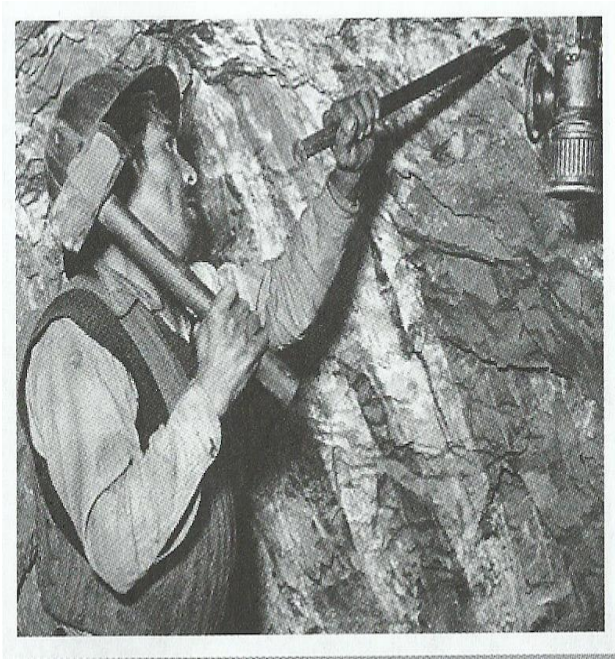
Na década de 1940, o PIR adotou a política de "democracia versus Fascismo" da III Internacional da época, o que o levou a colocar-se do mesmo lado e colaborar com governos da oligarquia boliviana. Em um contexto de acirramento do conflito social, isso levou a um gradual enfraquecimento do PIR a uma cisão de sua ala jovem em 1950 para fundar o PCB

Em meio à crise do poder oligárquico, formaram-se ***novos partidos*** que buscavam representar diferentes frações da população. Em 06/1935 foi fundado o POR (Partido Obrero Revolucionário) na cidade de Córdoba, na Argentina. Às vésperas da II Guerra Mundial, este partido se tornaria seção da IV Internacional na Bolívia. Em 07/1940 surgiu o PIR (Partido da Esquerda Revolucionária), que se tornaria seção da III Internacional no país. Enfim, a pequena burguesia urbana, composta de funcionários públicos, profissionais liberais e oficiais do exército, organizou-se a partir de 1941 no MNR (Movimento Nacionalista Revolucionário), com plataforma nacionalista e fortemente anti-semita

Durante a II Guerra Mundial, os EUA pressionaram a Bolívia a abastecer os aliados com estanho a preços abaixo das cotações de mercado. As empresas procuraram repassar as perdas aos trabalhadores, o que levou a um acirramento da tensão social nas minas. Em 30/09/1942, o sindicato dos ***mineiros de Catavi*** apresentou uma pauta de reivindicações exigindo melhores remunerações e reconhecimento sindical. Face a recusa de Patiño de abrir negociações, o sindicato decretou greve geral em 14/12/1942. Com os dirigentes presos, a greve ganhou adesão maciça e em 21/12/1942 uma gigantesca passeata de 8 mil mineiros em direção à sede da empresa foi atacada pelo exército, em um massacre de centenas de mineiros e seus familiares



Acampamento mineiro de Chorolque



Em outubro de 1938, o POR se cindiria: Tristan Marof (acima) lideraria o grupo que fundaria o Partido Socialista Obrero Boliviano (PSOB); os remanescentes do POR seguiriam o caminho do trotskismo, com destaque para Guillerme Lora (abaixo)

"Os países atrasados movem-se sob o signo da pressão imperialista, seu desenvolvimento tem um caráter combinado: reúnem ao mesmo tempo as formas econômicas mais primitivas e a última palavra da técnica e da civilização capitalista. O proletariado dos países atrasados está obrigado a combinar a luta pelas tarefas democrático-burguesas com a luta pelas reivindicações socialistas. Ambas as etapas – a democrática e a socialista – não estão separadas na luta por etapas históricas, senão surgem imediatamente uma da outra" (Tese de Pulacayo, Tese central da FSTMB [Federação Sindical dos Trabalhadores Mineiros Bolivianos], 11/1946)

As ***eleições de 1951*** contaram com 105 mil votos dentre 211 mil eleitores em uma população que superava os 3 milhões de habitantes. Apesar do sufrágio estreito, a crise do poder político da oligarquia levou à vitória do candidato do MNR Victor Paz Estenssoro com 54.049 votos, contra 39.940 do Partido da União Republicana Socialista, 6.441 do Partido Liberal e 5.170 do PIR, enquanto o POR defendia o voto nulo. Devido ao fato de o MNR não ter alcançado a maioria absoluta dos votos, a decisão final caberia aos parlamentares. Face o momento de impasse, um golpe patrocinado pela oligarquia boliviana impediu a posse de Paz Estenssoro e entregou o poder a uma Junta Militar.

Victor Paz Estenssoro
(1997 – 2001)

No dia 09/04/1952 uma conspiração envolvendo o MNR e membros da Junta Militar viu-se isolada em La Paz, cercada por forças militares posicionadas em El Alto. Em meio ao recuo dos conspiradores emenerristas, as massas da capital explodiram nas ***jornadas revolucionárias de 10 e 11/04/1952***. Enquanto soldados recusavam-se a combater a população, trabalhadores centros mineiros próximos se armaram, marcharam até a capital, cercaram e atacaram a base militar de El Alto. A maior batalha da revolução se deu na cidade de Oruro, resultando na rendição das tropas locais e na morte de cerca de 200 revoltosos e 120 soldados.

Em 15/04/1952 Paz Estenssoro retornou à Bolívia para assumir a presidência, em meio a tentativas do MNR de recompor a ordem institucional anterior e conter a mobilização popular. Paralelamente, em 17/04/1952 realizou-se a primeira iniciativa que daria origem à COB (Central Obrera Boliviana), que se tornaria o polo aglutinador do movimento revolucionário das jornadas de abril. Uma reunião de 18 dirigentes sindicais escolheu Juan Lechín e German Butron da ala esquerda e sindical do MNR como secretário-executivo e secretário-geral e Edwin Moler do POR como secretário de organização. Com a criação de órgãos de poder conflitantes advindos da revolução de abril, estabeleceu-se uma situação de ***dualidade de poderes.***

Juan Lechín Oquendo,
(1914 – 2001)

A primeira grande divergência no interior da COB foi seu grau de autonomia e independência frente ao governo e, portanto, frente à vida institucional da profundamente abalada ordem social prévia. A ala esquerda e sindical do MNR, comandada por Juan Lechín, tinha como objetivo fazer da central base de sustentação no interior do novo governo, como maneira supostamente mais eficaz de garantir reivindicações operárias e impedir tentativas contra-revolucionárias. Por outro lado, o POR via a possibilidade de consolidação da COB como expressão da desconfiança a ser potencializada das massas com relação ao governo. Neste momento ***o POR não se posicionou pela tomada do poder***, mas sim por uma atitude de vigia e pressão sobre o governo do MNR e expectativa quanto a sua ala esquerda.

"Nossa seção deverá concentrar seu trabalho acima de tudo nos meios operários e em suas organizações, dos operários mineiros em particular. Ela se esforçará, por outro lado, em influenciar a ala esquerda do MNR, que está baseada precisamente nestes meios. No caso de mobilização das massas sob influxo ou influência preponderante do MNR, nossa sessão apoiará o movimento com todas as suas forças, não se absterá mas, ao contrário, intervirá energicamente nela com o propósito de impulsionar tanto quanto seja possível até a tomada do poder pelo MNR, sob a base de um programa progressivo de frente única anti-imperialista" (Resoluções do 3º Congresso da IV Internacional, 10/1951)

No 3º Congresso da IV Internacional em 09/1951 venceram as teses do trotskista grego Michel Pablo (1911-1996). Em um contexto de possível guerra mundial entre EUA e URSS, de enorme adesão de trabalhadores aos partidos comunistas pós II Guerra e de fragilidade da IV Internacional, os 'pablistas' propunham às seções o 'entrismo' em partidos comunistas ou nacionalistas de massas, de acordo com as realidades nacionais

Entre 1952 e 1956 o número de empregados da Comibol cresceu de 29 mil para 36 mil, mas os custos com pessoal caíram de 38% para 35% do custo total de produção entre 1952 e 1958. Os custos por operário, que haviam sido US$85 mensais em 1952, reduziram-se a US$42 em 1956. Apesar disso, a produção por trabalhador aumentou de 3,91 toneladas em 1952 para 4,5 toneladas em 1956

Formou-se um ***co-governo entre COB e MNR***, com a presença de cinco ministros mineiros. O primeiro dilema deste co-governo foi a ***nacionalização das minas de estanho***: em 10/1952 foi criada a Corporación Minera de Bolívia (Comibol) e as empresas de Patiño, Hothschild e Aramayo foram nacionalizadas, totalizando 163 minas e 29 mil homens. A COB exigia uma nacionalização sem indenização e com controle operário, mas as grandes mineradoras foram indenizadas em US$27 milhões e foi estabelecido um controle operário parcial com direito a veto sobre a produção, com a nomeação de 2 dos 7 diretores da Comibol pela FSTMB.

A revolução de 1952 estimulou uma rebelião camponesa, marcada pela formação de sindicatos que articulavam tradição comunitária indígena com influxos políticos da COB. As iniciativas do MNR até a assinatura da ***Lei de Reforma Agrária em 02/08/1953*** buscaram dois objetivos: em primeiro lugar, consagrar uma visão de desenvolvimentismo capitalista no campo, por meio de indenizações aos grandes proprietários, incentivo à grande empresa agrícola e rejeição às tradições coletivas e comunais indígenas; em segundo lugar, concentrar a iniciativa pela reforma agrária em aparelhos do Estado, refreando o movimento de massas, criando uma hierarquia de relações pessoais e clientelísticas e convertendo o camponês em base social defensora do novo regime

Até 1970 foram distribuídos 12 milhões de hectares a 450 mil novos proprietários, o que afetou 1,2 milhão de pessoas em um universo de 4,5 milhões de bolivianos

Para diminuir as barreiras sociais à carreira militar, impuseram-se cotas ao ingresso no Colégio Militar: 30% para filhos de operários, 20% para filhos de camponeses 50% para filhos das classes médias ligadas ao MNR

A revolução de 1952 debilitou profundamente o exército boliviano: quadro considerados contrários ao MNR foram afastados da ativa; o colégio Militar foi fechado e 80% do efetivo foi desmobilizado. A COB propôs sua total dissolução e substituição por um exército popular, formado pelas milícias armadas de mineiros e camponeses, que chegaram a ter no primeiro período da revolução 70 mil homens armados. A ameaça revolucionárias destas milícias levou o governo do MNR a ***reestabelecer as Forças Armadas em 24/07/1953.*** Foram firmados acordos de cooperação militar com os EUA em 1956, que lhe possibilitaram gradual aumento de poder e influência dentro do país.

A revolução potencializou tendências culturais que se desenvolviam entre intelectuais e artistas, sufocados pela estreiteza de horizontes da oligarquia boliviana. A ***geração de 1952*** teve o propósito explícito de fazer de sua arte um veículo de intervenção política. Neste contexto destaca-se a obra de Miguel Alandia: militante trotskista, participou da fundação da FSTMB e da COB e foi profundamente influenciado pelos muralistas mexicanos. Seus murais se multiplicam em espaços públicos retratando momentos chave revolução boliviana. Dois deles, "*História de la mina*" (1953) e "*Historia del Parlamento Boliviano*" (1961), foram posteriormente destruído pelos militares

Acima, "La lucha del peublo por su liberacion, reforma educativa e voto universal" (1964); abaixo, mural da série "Huelga e masacre" (1954)

Murais da série "Petroleo en Bolivia", 1957

Acima, Juan Lechín e a assinatura do decreto de nacionalização das minas. Abaixo, Paz Estenssoro e a assinatura do decreto de reforma agrária

"A cota cada vez maior de Ministros Operários (ampliada para cinco), a aplicação do controle operário, os trabalhos co-executivos e co-legislativos da COB e os congressos sindicais, mostram que nossa revolução é uma revolução popular antes que democrático-burguesa ou proletária [...] Enquanto as classes trabalhadoras utilizam o poder para empurrar a revolução, enquanto os congressos operários mantiverem sua qualidade de Parlamentos Populares no sentido exato da palavra, não se pode apreciar como colaboracionismo de classe sua atual participação no poder" (Programa Ideológico e Estatutos da COB, 10/1954)

No período que transcorreu entre a fundação em 04/1952 e o ***I Congresso da COB*** em 10/1954, a dualidade de poderes se resolveu em favor do governo do MNR: de expressão do poder da classe operária e do movimento revolucionário de massas em 1952, a COB em 1954 estava docilmente incorporada e controlada pelo MNR. Dirigentes do POR foram duramente perseguidos ou incorporaram-se à ala sindical emenerrista. Ademais, na ausência de mecanismos de controle de base sobre os dirigentes sindicais, a nacionalização e o controle operário parcial sobre as minas cristalizou uma burocracia sindical tendencialmente cooptada pelo aparelho de Estado

O POR dividiu-se em duas alas: a ala liderada por Hugo Gonzalez Moscoso (acima) considerava que havia grande possibilidade de ruptura do governo do MNR e que se deveria passar imediatamente à luta pelo poder em uma colaboração estreita entre POR e a ala esquerda do MNR; a ala liderada por Guillermo Lora em torno do jornal Masas considerava que esta avaliação mantinha uma expectativa irreal quanto à ala sindical do MNR e contornava a necessidade de fortalecimento do POR para assumir papel dirigente na revolução

O enfraquecimento do movimento sindical permitiria ao governo do MNR medidas de abertura aos interesses econômicos norte-americanos na Bolívia. Em 1955 foi decretado o ***Código do Petróleo***, em que a Bolívia renunciava depois de 15 anos ao monopólio estatal de extração petrolífera, reabrindo-a a empresas estrangeiras, especialmente norte americanas. Em 08/1956, a Comissão de Estabilização do FMI liderada pelo assessor norte americano George Eder implantou um plano de estabilização com claro viés monetarista, privilegiando a austeridade orçamentária com vistas ao pagamento da dívida pública em detrimento do desenvolvimento econômico. O ***plano Eder*** previa corte de 40% dos gastos governamentais, corte de subsídios e controle de preços da cesta básica, aumento de impostos e congelamento de salários.

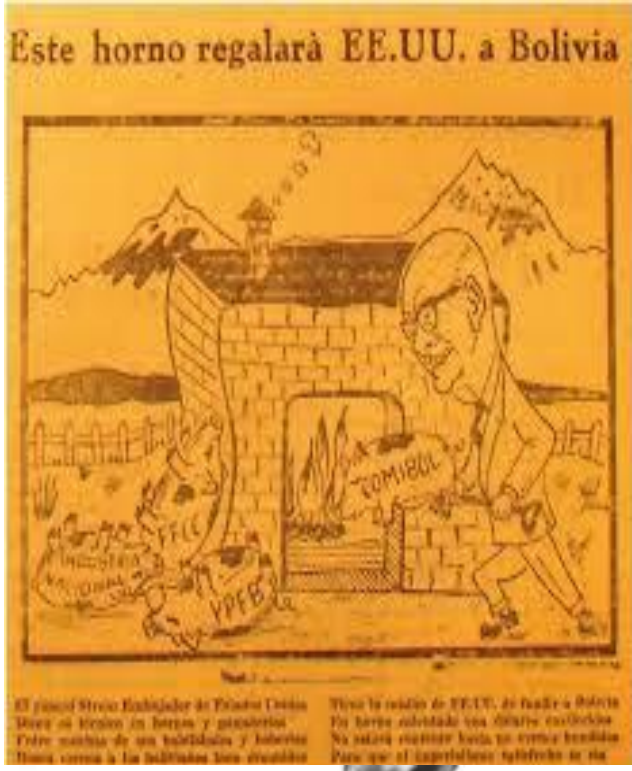
Em meio à reconstrução do exército, o governo do MNR instituiu a partir de 1961 a ***"ação cívica das forças armadas"***, destinada a aproximar os militares das populações empobrecidas através da realização de obras e melhorias de infra-estrutura pelo país. Tais iniciativas civis possibilitaram a criação de uma teia de relações clientelísticas entre os militares e as lideranças camponesas. Assentavam-se assim as bases de um pacto político em que os militares respeitariam as conquistas camponesas, enquanto suas lideranças e organizações se comprometeriam apoiar as Forças Armadas no combate às propostas subversivas da esquerda. Ampliava-se com isso a iniciativa política do exército, minando as perspectivas de fortalecimento da aliança operário-camponesa na Bolívia.

Em 1956 Paz estenssoro foi sucedido por Hernan Siles Suazo (1956-1960) na primeira eleição por sufrágio universal na Bolívia. Siles Suazo foi eleito com 82% dos votos.

Após ser afastado da vice-presidência e expulso do MNR com vários companheiros de sua ala esquerda, Lechín liderou em 12/1963 os movimentistas da COB na formação de um novo partido: Partido Revolucionário de Esquerda Nacional, o PRIN.

Nas eleições de 1960, Paz Estenssoro apresentou-se como candidato a presidente tendo por vice Juan Lechín; em 1964, ele seria candidato à reeleição tendo por vice o general René Barrientos. Esta mudança simbolizava um desgaste da relação entre o MNR e sua base operária especialmente após o ***Plano Triangular de 1961***, que consistia em uma ajuda norte americana para reorganizar e financiar a Comibol, ao custo do fechamento de 20% do quadro de funcionários. Na mobilização grevista que se seguiu, os acampamentos mineiros foram ocupados por forças militares, que desde 1963 exerciam a função de polícia e segurança interna. Com o afastamento entre COB e MNR, este apoiou-se crescentemente no exército para fundamentar seu poder político

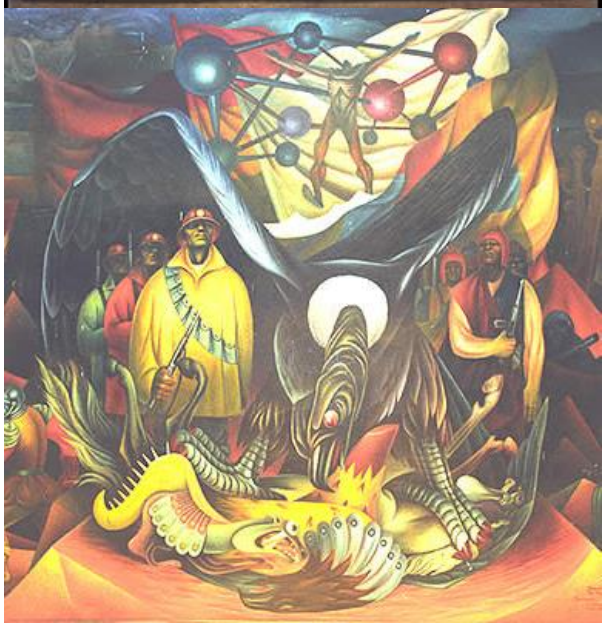
"Na Bolívia a raiz do dilema tem sido o fato de que o programa de ajuda econômica de tipo habitual não pode provocar a estabilidade política e econômica num país que está atravessado pela revolução social, exceto pela desaceleração ou pela cessação desta revolução. [...] De 1952 a 1956, a ajuda norte americana foi, quase certamente, um instrumento capaz de manter a ala moderada do MNR no poder. [...] Assim, a política de ajuda dos EUA deve tornar-se flexível o bastante para conciliar as condições de estabilidade econômica com um governo moderado em um quadro revolucionário" (Robert Patch, assessor econômico do governo norte americano)



As eleições de 03/07/1966, destinadas a legitimar a ditadura militar, ratificaram a presidência do General René Barrientos
(1919 – 1969)

O período de governos do MNR terminou com o golpe de Estado de 08/1964 liderado pelo general René Barrientos, vice-presidente do país e egresso das fileiras do próprio MNR. As iniciativas da ditadura militar que se estabeleceu apoiavam-se num pacto entre militares e as principais organizações camponesas do país, produto da "ação cívica" das forças armadas e baseado em suborno, clientelismo e perseguições a lideranças independentes. O ***pacto militar-camponês*** permitiu a Barrientos decretar em 05/1965 a reorganização da Comibol e a redução em 40% dos salários dos mineiros. Em resposta às manifestações operárias, , a COB, os sindicatos e os partidos de oposição foram postos na ilegalidade

Sob a ditadura de Barrientos desencadeou-se uma ***ampla abertura da economia nacional*** e novas concessões de exploração de jazidas minerais foram transferidas às multinacionais. Em 1967 empresas privadas já controlavam 24% da produção mineral do país e em 1969 bancos estadunidenses já abarcavam 58% dos depósitos financeiros nacionais. Em 1968, a empresa de petróleo Gulf Oil absorveu 187 milhões de barris de petróleo em reservas, frente a 33 milhões da estatal boliviana. No período entre 1965 e 1968, enquanto os investimentos em capital estrangeiro somavam US$27,7 milhões, o capital repatriado chegou a US$320 milhões.



O PCB de Mário Monje apoiou ativamente os focos guerrilheiros com respaldo cubano no Peru e na Argentina. Quanto ao foco na Bolívia, contudo, o PCB tinha exigências de hegemonia política sobre a guerrilha que eram inaceitáveis para Che

Entre março e outubro de 1967, ***Che Guevara organizou um foco guerrilheiro na região oriental da Bolívia***. Por um conjunto de fatores, o grupo de 52 combatentes manteve-se isolado: em primeiro lugar, porque foi incapaz de enraizar-se em um campesinato com as particularidades étnicas e políticas da Bolívia pós-1952; em segundo lugar, porque recebeu um apoio ambíguo dos principais partidos da esquerda boliviana, especialmente do Partido Comunista Boliviano. Che Guevara foi capturado em 08/10/1967 e assassinado no dia seguinte em La Higuera pelo exército boliviano com supervisão e apoio de agentes da CIA

Os sindicatos mineiros haviam arrecadado fundos para a guerrilha, a partir de propostas aprovadas nas combativas minas de Catavi e Siglo XX, colocando em alerta o governo militar. Em 03/06/1967 foi decretada uma greve de 24 horas nestas minas. Um trem foi tomado e lotaram-se dez vagões em direção à cidade de Oruro. O trem foi interceptado e os mineiros dirigiram-se à mina de Huanuni, onde declararam os distritos mineiros “territórios livres”. Barrientos declarou estado de sítio e realizou um ataque surpresa à mina Siglo XX na noite de 24/06/1967, no qual 87 pessoas foram assassinadas. Após o ***massacre de San Juan***, a mina siglo XX foi fechada e 2000 mineiros foram demitidos

LA PATRIA

Dieciseis Muertos en la Mina Siglo XX

Fuerzos del «Ranger» Ocuparon los Distritos de Siglo XX y Catavi con Saldo de más de Setenta y un Heridos

LA PATRIA

PRESENCIA

“La ley y el orden público serán mantenidos a cualquier precio”

“Soy el único responsable del ingreso de tropas a las minas” dijo Barrientos

*“A noite de San Juan, com seus tradicionais fogos, abundantes ponches e alegres danças populares, oferecia, segundo os incautos estrategistas militares, ‘condições táticas privilegiadas’ para que seu plano maquiavélico saísse com perfeição [...] Siglo XX se converteu como por arte diabólica, na antessala do inferno. Sem que ninguém entendesse, o acampamento estava envolto num espantoso tiroteio e a arma de cada soldado vomitava ráfagas de morte em qualquer direção [...] No morgue do hospital de Catavi, jaziam estendidos no solo os novos heróis anônimos” (*Gregório Iriarte, *Los mineros, sus luchas, frustraciones e esperanzas,* 1983, p. 157)

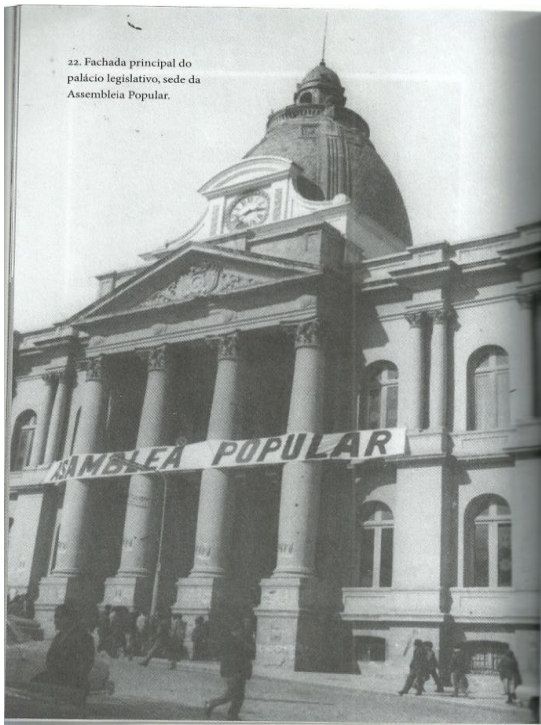
A morte inesperada de Barrientos em 27/04/1969 em um acidente aéreo abriu um vazio político no regime militar boliviano, ocupado pelo ***golpe do general Alfredo Ovando Candia*** em 26/09/1969. Ovando manteve o regime militar, realizando porém uma discreta abertura com o objetivo de deter e controlar uma retomada das mobilizações sociais sufocadas de 1964. Nesse sentido, Ovando restabeleceu relações diplomáticas com a URSS e países do Leste Europeu; nacionalizou a Gulf Oil Co. e revogou o Código do Petróleo de 1955; restabeleceu o monopólio do Banco mineiros sobre a venda de minérios e legalizou a COB, a FSTMB e os sindicatos mineiros.

Acima, os generais Barrientos e Ovando. Abaixo, a assinatura da nacionalização da Gulf Oil em 17/10/1969. A empresa receberia US$79 milhões em indenização em 1978 durante a ditadura de Banzer

Remanescentes do Exército de Libertação Nacional (ELN) se reorganizaram no período do governo Ovando e retomaram a luta armada através da guerra de guerrilhas. A ***guerrilha de Teoponte*** foi rapidamente desbaratada pelas forças militares, mas abriu uma crise política dentro do governo entre militares da linha dura e aqueles adeptos de uma relativa "abertura democrática". No dia 06/10/1970 o general Ovando renunciou, em meio a tentativas de golpe do general Rogélio Miranda e à articulação paralela de "militares nacionalistas" em torno do general Juan José Torres. O Comando Político da COB decretou uma greve geral que derrotou o golpe de Miranda e possibilitou que ***subida ao poder do general Torres***, que proporia um co-governo com a Central Obrera Boliviana.

Em meio à 1ª tentativa de golpe do General Hugo Banzer em 01/1971, contida a partir da mobilização popular, o Comando político da COB propôs a constituição de uma ***Assembleia Popular.*** Resultado da crítica às experiências de 1952 sintetizada nas teses do IV congresso da COB de 04/1970, a Assembleia Popular foi a semente de um conselho operário em uma nova situação de dualidade de poderes na Bolívia. Distanciando-se do co-governo com Torres, ela era um organismo híbrido com representações de sindicatos, partidos, federações, entidades estudantis, camponesas, assembleias regionais e comitês revolucionários de base. Quanto à eleição dos delegados, 60% deveriam ser operários e seus mandatos seriam imperativos e revogáveis.

A primeira e única sessão da Assembléia Popular se deu entre 23/06 e 02/07 de 1971



Genaro Flores, secretário geral da Federação dos camponeses de La Paz, expressava um novo agrupamento dentro da CNTCB crítico às lideranças camponesas governistas, a partir de uma dinâmica própria das comunidades aimarás do altiplano com forte apelo indigenista. Seu pedido de adesão à Assembleia Popular foi recebido com desconfiança pelos partidos de esquerda

Havia duas questões decisivas para o futuro da Assembleia Popular. A primeira era a ***questão militar***: face a iminência de um golpe à direita, grupos foquistas e maoistas com pouco enraizamento de massas advogavam a centralidade da luta militar e a formação de um exército popular, enquanto forças sindicais advogavam a centralidade da luta política para abrir fissuras no exército e neutralizar sua força. Paralelamente, havia a ***questão camponesa***: por um lado, o pacto militar camponês criara cicatrizes que explicam a representação reduzida do campesinato na Assembleia; por outro, a Assembleia não foi capaz de atrair para si uma crescente fração da Confederación Nacional de los Trabajadores del Campo de Bolívia (CNTCB) crítica ao pacto militar-camponês

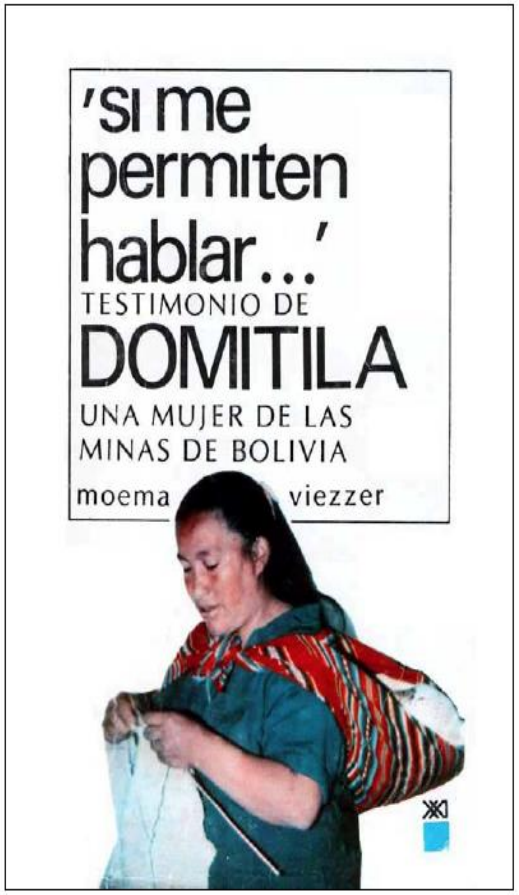
"Quem escreve a história são nossos exploradores. E nossos exploradores ignoram a história do movimento camponês na Bolívia. [...] Em relação a Tupac Catari, nós afirmamos que ele lutou contra o imperialismo espanhol daquele tempo. Ele lutou para redimir os camponeses de nossa pátria e não é um representante da burguesia nacional. Foi um simples camponês que nasceu numa pequena comunidade [...] Nós não estamos contra os marxistas, mas acreditamos que seria muito importante que adequassem a revolução à realidade boliviana. Assim pensamos"
(Depoimento de Genaro Flores em Osmar de Barros Filho, *Bolívia: vocação e destino*, 1980, p. 145)

Em 07/1971, a Federação dos camponeses de La Paz anunciou a formação do exército camponês Tupac Catari para fazer frente às ameaças golpistas, em uma clara ruptura em desenvolvimento com a política de colaboração com os militares. O movimento katarista seria fundamental à recuperação do indigenismo e dos aspectos étnicos da luta social na Bolívia

Face as iniciativas de setores militares e civis temerosos quanto ao rumo da mobilização popular, o governo Torres, com pouca autoridade, agiu tardiamente para desarticular seus adversários à direita no exército. Desencadeado pela prisão do coronel Hugo Banzer, ***o golpe militar de 19/08/1971*** foi realizado com apoio de empresários ligados às usinas de açúcar de Santa Cruz e de células políticas da Falange Socialista Boliviana (FSB) e do MNR. No dia 20, cerca de 80 mil trabalhadores reuniram-se nas ruas de La Paz pedindo armas e, pela 1ª vez na história, a COB chamou a resistência armada ao golpe militar. A resistência se prolongou até o amanhecer do dia 23: a cidade se transformara em cenário de guerra civil, com 98 mortos e 560 feridos registrados pela Cruz Vermelha

O golpe de Hugo Banzer não apenas destruiu o processo que se desenvolvia em torno da Assembleia Popular como fortaleceu e deu novo impulso aos regimes militares da região, com métodos de violência política ainda mais brutais. Em 27/06/1973 Juan Maria Bordaberry com apoio das forças armadas iniciaria a ditadura uruguaia; em 11/09/1973 o golpe do general Augusto Pinochet iniciaria a ditadura chilena; em 24/03/1976 o golpe da junta militar chefiada por Jorge Rafael Videla iniciaria nova ditadura argentina. A aliança político-militar entre as ditaduras chilena, argentina, uruguaia, brasileira, paraguaia e boliviana se cristalizou na chamada ***Operação Condor***, visando perseguir os que se opunham aos regimes autoritários.

Acima, o ex-ditador argentino Rafael Videla durante julgamento em 03/2013 em Buenos Aires acerca dos crimes cometidos durante a Operação Condor



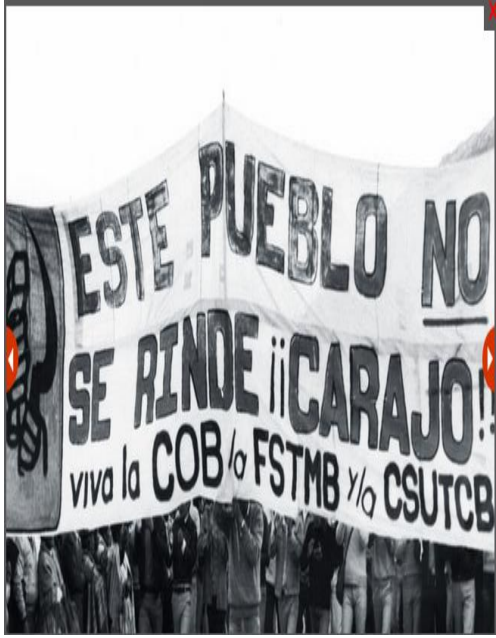
Em 12/1977, Domitila Barrios de Chungara e outras quatro mulheres do Comitê de Donas de Casa do Distrito Mineiro Siglo XX iniciaram uma greve de fome exigindo anistia e retorno dos exilados políticos. A greve se estenderia para 1.300 pessoas por todo o país pondo em evidência o esgotamento do regime banzerista e de suas restrições político sindicais. ***O governo Banzer terminou com as eleições de 09/07/1978***, em que disputaram o ministro do interior Juan Pereda Asbún pela Unión Nacionalista del Pueblo (agrupamento de pequenos partidos conservadores e frações de partidos tradicionais); Hernan Siles Suazo pela coalizão Unidad Democrática y Popular (MNR-Izquierda, MIR e PCB) e Víctor Paz Estenssoro pelo MNR. As eleições foram anuladas após comprovação de gigantesca fraude.

Entre 09/07/1978 e 19/10/1982, a Bolívia conheceu seis golpes de Estado, nove presidentes e três eleições gerais (1978, 1979,1980). Dentre os momentos de aberto terror contra as classes populares, destaca-se o massacre de todos los santos. Face o ***golpe de 01/11/1971 do Coronel Alberto Natusch Busch***, a COB liderou uma greve geral em defesa da incipiente democracia: ao longo de 16 dias em que Natusch esteve no poder, 208 pessoas foram mortas, 221 foram feridas e 124 desapareceram. Tratava-se de um ensaio para ***o golpe de 17/07/1980 de Luiz García Meza***, considerado um dos mais cruéis ditadores sul-americanos e ligado ao cartel de produtores de cocaína do país. Estima-se que cerca de 1.000 pessoas tenham sido mortas pelo exército e forças de segurança bolivianos nos 13 meses em que Meza esteve no poder.

Acima, as jornadas de março de 1985; abaixo, queima de papel moeda durante hiper inflação de 1985

Após 18 anos de ditaduras, as classes populares encurralaram os militares nas ***jornadas de setembro de 1982***. Nas eleições de 29/06/1980 Hernán Siles Suazo fora eleito pela coalizão UDP e, após dois anos de interregno militar, foi empossado presidente pelo Parlamento em 10/1982, com vistas a conter a mobilização popular. Seu governo foi marcado pelo ***caos econômico***: a inflação anual em 1982 foi de 296,5% e em 1985 chegaria a 23.500%. Entre 1982 e 1985 ocorreram quatro greves gerais (respectivamente de 4, 7, 9 e 16 dias). Nas chamadas ***jornadas de março de 1985***, 12 mil mineiros tomaram a sede do Executivo boliviano por mais de uma semana, pressionando pela renúncia imediata de Zuazo.

Nas eleições em 14/07/1985 dezoito candidatos concorreram: venceu o 1º turno o ex-ditador Hugo Banzer Suárez com 28,57% dos votos, enquanto Víctor Paz Estenssoro, pelo MNR, ficou com 26,42%. Em 2º turno no Congresso, Paz Estenssoro tornou-se presidente pela quarta vez e iniciou a ***aplicação do neoliberalismo na Bolívia***: em 08/1986 baixou o decreto 21060, nova política econômica do MNR acordada com o FMI. Os grandes centros de mineração estatal foram privatizados ou fechados, resultando na demissão de 23 mil operários, 65% trabalhadores do setor público. A COB convocou uma greve geral de mais de 2 semanas e Paz Estenssoro declarou estado de sítio, prendendo mais de 150 dirigentes sindicais. O ***desmantelamento da Comibol*** foi um duro golpe do qual a COB nunca plenamente se recuperaria.



Marcha por la vida, detida em 29/08/1986 pelo exército em seu caminho a La Paz

"O movimento operário que desde 1952 organizara-se em torno da COB e do seu núcleo mineiro se enfraqueceu. As organizações operárias perdiam espaço e poder de aglutinação. A resistência popular tentava se reagrupar em condições difíceis, dando lugar para o desenvolvimento de novas correntes políticas de origem indigenista ou camponesa. O desemprego, a desorganização dos setores econômicos, o aumento do narcotráfico e a corrupção generalizada avançavam em todo o país. As privatizações ganharam força com a derrota momentânea da COB" (Everaldo Andrade, A revolução boliviana, 2007. p. 171)

O ***movimento dos plantadores de folhas de coca*** ganhou espaço no período pós 1985, incorporando a experiência política do movimento katarista e de operários mineiros atingidos pelas privatizações e pela recessão econômica dos anos 1980. No período entre 1987 e 1990 os plantadores desenvolveram a campanha "*Hoja de coca, 500 años de resistência*", com o objetivo de relacionar a luta em defesa da folha com o resgate da soberania nacional. Ao longo da década de 1990 o movimento cocaleiro incorporou reivindicações sociais mais amplas e assumiu um discurso mais coerente contra o neoliberalismo, suplantando a hegemonia da COB

Abaixo, a primeira marcha indígena da Bolívia em 1990, em defesa do território, da vida e da dignidade

Acima, professores em protesto no fim da vigência do estado de sítio em 1995; abaixo, Victor Hugo Cárdenas, primeiro vice-presidente indígena da Bolívia no 1º mandato de Sanchez Lozada

O neoliberalismo foi acompanhado de uma série de medidas de exceção: entre 1985 e 1995 a Bolívia viveu ***cinco estados de sítio***, totalizando quase 15 meses. Dois deles ocorreram em 1995 sob o primeiro governo de Gonzalo Sanchez Lozada (1993-1997), ex-ministro da economia de Paz Estenssoro em 1985. Sua ***Lei de Capitalização*** de 21/03/1994 transferiu para mãos privadas 50% das ações das empresas públicas ferroviária (ENFE), de petróleo (YPFB), de telecomunicação (ENTEL), de electricidade (ENDE) e de viação áerea (LAB). Ademais, seu ***Decreto Supremo 24806 de 04/08/1997*** manteve a propriedade formal do Estado sobre as fontes e reservas de gás, mas cedeu controle sobre sua exploração a empresas privadas contratadas.

A ofensiva neoliberal prosseguiu com a eleição do ex-ditador Hugo Banzer (1997-2002). Banzer propôs no início de sua gestão a erradicação total das plantações de folha de coca com o ***programa "coca zero"***, financiado e orientado pelos EUA. Em contraponto, cocaleiros organizados na Assembléia para a Soberania dos Povos (ASP) conquistam em 1997 pela primeira vez quatro cadeiras no parlamento. Dentre os eleitos estava Evo Morales, que enfrentou no Congresso em 1999 um processo por quebra de decoro parlamentar por supostamente incentivar a violência e o conflito de trabalhadores rurais com a polícia e por provocar mortes de camponeses e policiais

As lutas populares assumiram a ofensiva na chamada ***guerra da água em Cochabamba entre dezembro de 1999 e abril de 2000***, quando o movimento paralisou o país exigindo o fim da privatização da água pela empresa multinacional Bechtel. Camponeses fecharam estradas; policiais de La Paz entraram no movimento com reivindicações específicas da categoria; professores pararam por motivos salariais e operários dos distritos mineiros aderiram à mobilização. A nova correlação de forças expressou-se nas eleições de 2002, em que a candidatura de Evo Morales pelo Movimiento al Socialismo-Instrumento Político por la Soberanía de los Pueblos (MAS-IPSP) alcançou 20,94% dos votos para a presidência, derrotado por estreita margem por Gonzalo Sanchez Lozada, eleito com 22,45% dos votos

O projeto de exportação de gás boliviano através do Chile acendeu a partir de 2002 um amplo debate acerca dos destinos dos hidrocarbonetos do país. Movimentos sociais e sindicatos uniram-se pela reivindicação de nacionalização imediata de todas as fontes de hidrocarbonetos. Em 25/09/2003 a COB chamou greve geral pela deposição de Sanchez Lozada, enquanto o MAS tomava relativa distância desta iniciativa e apostava em negociações com os partidos governistas. A tensão social culminou entre 8 e 17 de outubro de 2003 na chamada ***guerra do gás***: enfrentamentos entre o exército e a população pobre na cidade de El Alto, ao lado da capital La Paz, deixaram dezenas de mortos. O presidente Gonzalo Sanchez Lozada renunciou no dia 17/08/2003 e o vice presidente Carlos Mesa assumiu o governo.

O ***referendo sobre a gestão dos hidrocarbonetos*** de 07/2004 teve resultados incontestáveis: dentre 4,4 milhões de eleitores, 80% aprovaram a revogação do decreto 24806 de 1997; mais de 90% aprovaram a recuperação pelo Estado boliviano da propriedade dos hidrocarbonetos; mais de 85% aprovaram a reativação da empresa pública de hidrocarbonetos (YPFB). Contudo, a lei adotada em 17/05/2005 descartou a nacionalização e se limitou a aumentar a taxação sobre os lucros declarados das grandes empresas. A COB, os mineiros, os professores urbanos e a federação das associações de vizinhos de El Alto retomaram as mobilizações, paralisando o governo. Carlos Mesa foi obrigado a renunciar em 09/06/2005 e eleições foram marcadas para dezembro do mesmo ano

"Sem outra opção além de participar do trabalho mal pago e inseguro que empregava a grande maioria dos habitantes de El Alto, os mineiros passaram de uma situação em que o inimigo de classe e sua própria solidariedade eram evidentes, para outra em que tinham de responder a uma pergunta diferente, difícil e muito mais estratégica: como poderiam criar uma forma de solidariedade em El Alto a partir de uma composição social etnicamente diversificada caracterizada por histórias individuais muito diferentes, um mosaico de relações de trabalho e intensa competitividade interna? [...] Na verdade, trata-se de um dilema bem universal, onde quer que a vasta onda de desindustrialização e privatização iniciada em meados dos anos 1970 quebre" (David Harvey, *Cidade rebeldes,* 2014, p. 259)

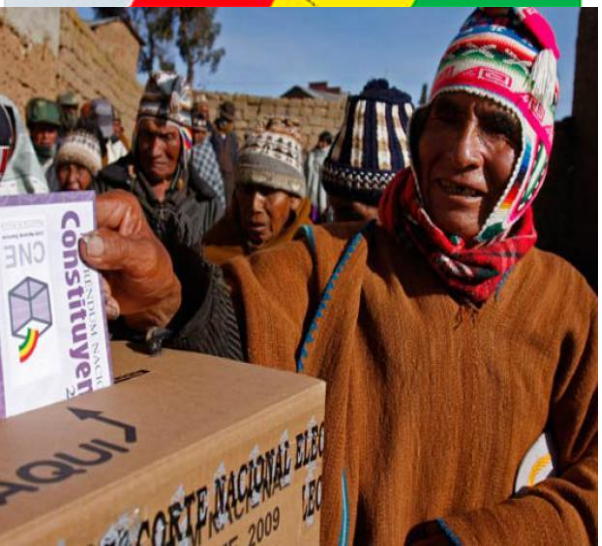
Durante reunião em Puerto Iguazú em 04/05 entre presidentes de Brasil, Bolívia, Argentina e Venezuela, Lula contradisse declaração do presidente da Petrobras acerca do fim dos investimentos na Bolívia.

Nas eleições de 18/12/2005, Evo Morales venceu com 53,74% dos votos, tornando-se o primeiro presidente da Bolívia de origem indígena. Promulgado em 01/05/2006, o ***decreto supremo 28701 nacionalizou o gás e o petróleo bolivianos***, determinando que todas as companhias estrangeiras de petróleo em operação na Bolívia deveriam entregar 51% do controle da empresa ao governo boliviano num prazo máximo de 180 dias. Como forma de garantir que as instalações não fossem destruídas, Morales determinou a ocupação dos campos de produção das empresas estrangeiras por forças militares. A medida afetou particularmente os interesses da Petrobrás na Bolívia, uma vez que a nova carga tributária para os campos mais produtivos em que opera subiu de 50% para 82% do total da produção.

A vitória de Evo Morales acentuou a polarização social, étnica e territorial boliviana, sintetizada na oposição entre a região andina ocidental (que concentra a mineração) e a planície oriental (que concentra a agroindústria e a extração de hidrocarbonetos). Entre 05 e 06/2008 Santa Cruz, Tarija, Beni e Pando realizaram referendos acerca de um ***estatuto de autonomia*** para os quatro departamentos. Em resposta, foi convocado um referendo ratificatório em 08/2008 que confirmou com 67, 43% dos votos o mandato de Evo Morales e de 6 dos 8 prefeitos departamentais. Em 19/08/2008, os prefeitos da Meia Lua chamaram um "paro cívico" por tempo indeterminado e em 09/09/2008 foram tomadas instalações do governo central nas regiões separatistas.

Población indígena de Bolivia	
TOTAL PAÍS	62, 0%
Beni	32, 8%
Chuquisaca	65, 6%
Cochabamba	74, 4%
La Paz	77, 5%
Oruro	73, 9%
Pando	16, 2%
Potosí	83, 9%
Santa Cruz	37, 5%
Tarija	15, 7%

Fuente: Instituto Nacional de Estadísticas de Bolivia. Censo 2007.



A ***nova Constituição*** foi aprovada com 61,43% dos votos em consulta popular no dia 15/01/2009, sendo derrotada nos quatro departamentos que decretaram autonomia em 2008. O novo texto instituiu um "Estado plurinacional" e "intercultural", reconhecendo regimes diferenciados de justiça, autoridade, conhecimento e propriedade para as comunidades indígenas (ditas "originárias") e camponesas. A nova Carta também definiu a saúde e a educação como direitos universais, serviços básicos (água, eletricidade etc.) como "direitos humanos" e estabeleceu o tamanho máximo das propriedades rurais no país em 5 mil hectares. Além disso, ao Estado foi atribuído papel dirigente ("rector") sobre a economia a partir de um sistema de planificação econômica participativa.

Tensões entre Evo Morales e movimentos populares na Bolívia vieram a tona em 08/2011, quando comunidades ***indígenas se mobilizaram contra a construção de uma estrada*** financiada pelo banco brasileiro BNDES no interior da reserva de Tipnis (Território Indígena Parque Nacional Isidoro Sécure), onde vivem 13 mil pessoas. Uma marcha contra a obra começou em 15/08/2011 com destino a La Paz e foi reprimida por forças policiais em 25/09/2011. Neste cenário, a COB chamou pela primeira vez um dia de greve geral contra Evo Morales em protesto contra a repressão às manifestações indígenas. Em 24/10/2015, foi promulgada lei que veta a construção da através da reserva natural do Tipnis.

A Bolívia erradicou o analfabetismo em 2008, seguindo os exemplos de Cuba (1961) e Venezuela (2005)

Nas eleições gerais de 06/12/2009, Evo Morales foi reeleito com 64,22% dos votos, contra 26,46% do segundo colocado Manfred Reyes Villa (Plan Progreso para Bolívia - PPB). O MAS obteve 26 cadeiras no Senado e 88 na Câmara dos Deputados, assegurando o controle de dois terços do Poder Legislativo. Nas eleições gerais de 12/10/2014, Evo Morales venceu com 61% dos votos , contra 24,49% do segundo colocado, o empresário Samuel Doria Medina (Unidad Demócrata - UN). O MAS conseguiu 25 cadeiras no Senado e 84 na Câmara dos Deputados. De acordo com a Constituição de 2008 Evo não poderia mais se reeleger, mas em 02/2016 um referendo popular decidirá se ele poderá concorrer novamente à presidência em 2020